

Rumos da economia dividem o Ministério

■ Haddad pode cair depois da reunião do fim de semana, por insistir em manter taxas altas de juros e em deter o crescimento

ARIOSTO TEIXEIRA E
MARIA LUIZA ABBOTT

BRASÍLIA — A decisão do presidente Itamar Franco de ouvir o economista Dêrcio Garcia Munhoz, por dois dias seguidos, reflete a divisão existente no Ministério sobre o rumo da política econômica. Neste fim de semana, Itamar reúne seus ministros para definir diretrizes e, se esse conflito persistir, é provável que ocorram mudanças na equipe econômica.

O nome mais fraco no governo é o do ministro do Planejamento, Paulo Haddad. Segundo garantem fontes importantes do governo, o ministro sequer admite examinar a hipótese de trocar a política de juros altos e adotar medidas para reaquecer a atividade econômica.

“Haddad se opõe a tudo o que o presidente pede, é sempre intransigente, não aceita opiniões e não apresenta alternativas. Com ele, nada pode, tudo tem que ficar como está”, resumiu uma fonte do governo. Esta fonte pertence ao grupo que defende a retomada do crescimento econômico, deixando o combate à inflação para uma segunda etapa. Fazem parte do grupo o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, da Justiça, Maurício Corrêa, o consultor-geral da República, José de Castro Ferreira, e a secretária Ruth Hargreaves.

Do outro lado, na defesa de um entendimento interno entre Haddad e Itamar situam-se os ministros das Relações Exteriores, Fernando

Henrique Cardoso, da Previdência, Antônio Britto, do Trabalho, Walter Barelli, e da Indústria e Comércio, José Eduardo. O ministro da Fazenda, Gustavo Krause, disse a assessores que estava preocupado com as repercussões da visita de Munhoz a Itamar. Para o ministro, os boatos intranquilizam o mercado. Ontem corriam rumores sobre prefixação de preços, salários, câmbio e juros e mudanças de ministros da área econômica.

Folga — O grupo que defende a permanência de Haddad acredita que o ajuste fiscal trará folga de caixa suficiente para que a equipe econômica possa aplicar uma política gradual de redução das taxas de juros e retomada do desenvolvimento. Esse gradualismo apresentaria resultados em quatro ou cinco meses e nesse meio tempo, enquanto a recessão não cede, se aplicariam políticas sociais compensatórias. Esses ministros concordam parcialmente com o diagnóstico do ministro do Planejamento de que baixar bruscamente os juros poderia provocar alta da inflação.

Os assessores do presidente que defendem medidas fortes e imediatas contra a recessão acham que o governo precisa obter resultados a curto prazo. Se medidas de estímulo ao setor produtivo e a melhorar o perfil da renda da população gerarem mais inflação, como adverte Haddad, o governo então se debruçaria sobre o problema.

Brasília — Josemar Gonçalves



Itamar insiste no crescimento econômico e exige alternativas à política de Marcílio